

Apesar de ainda não se dispor de valores definitivos em relação a Cabo Verde, os dados existentes apontam para que na campanha de 1989, as capturas de atum não chegaram a atingir a quantidade alcançada em 1988.

O facto da migração do atum em Cabo Verde ter ocorrido mais cedo do que o habitual poderá ter contribuído para o decréscimo verificado.

No caso da PESCAVE, na campanha de atum de 1989, operaram 5 embarcações, tendo capturado um total de 660 toneladas o que corresponde a um decréscimo de 11,6% em relação a 1988. De notar, porém, que dada a dificuldade de obter isco vivo em Cabo Verde, este volume de capturas só foi possível porque a empresa experimentou, pela primeira vez em 1989, afectar uma embarcação à pesca de isco no Senegal, sendo depois o isco capturado utilizado pelas restantes embarcações.

1.2.6. A taxa de realização financeira do Plano no Sector das Pescas foi, em 1989, de 9,4%. Trata-se de uma taxa bastante modesta, sobretudo se comparada com a taxa de 82% que foi o valor alcançado em 1988. No entanto, há que ter em consideração que o valor atingido neste ano resultou fundamentalmente do financiamento japonês, constituído na sua totalidade por equipamentos.

O Programa da Pesca Artesanal registou uma taxa de execução financeira de 7,5% reflectindo as dificuldades processuais que impediram uma maior utilização do financiamento BAD/FIDA.

O Programa da Pesca Industrial atingiu uma taxa de execução financeira de 24,5%, por se ter conseguido pôr em prática diversas acções cobertas pelos fundos atribuídos pela cooperação bilateral.

1.3. Indústria

O reforço da capacidade de intervenção do sector, a promoção dos investimentos com a respectiva concretização dos projectos, a dinamização do relacionamento com as empresas são eixos que continuam a nortear a actividade do Ministério da Indústria e Energia.

Para a criação de um ambiente favorável à actuação dos agentes económicos, um passo significativo foi dado com a aprovação pela ANP dos diplomas de enquadramento legal do sector. Lei de Desenvolvimento Industrial, Lei do Investimento Externo e o Estatuto Industrial, pelo Governo.

Apesar das limitações existentes o balanço que se apresenta dá conta de uma dinâmica crescente do sector tanto a nível dos promotores nacionais como dos estrangeiros. A manutenção dessa dinâmica, e não é demais repeti-lo, irá depender da melhoria do clima de investimentos, o que deverá passar por um lado, pela valorização das vantagens comparativas do país e eliminação/diminuição progressiva das desvantagens e, por outro, por um grande esforço de coordenação intersectorial e articulação de políticas

1.3.1. Planeamento industrial

No que tange ao sistema de informação, é de se registar os avanços conseguidos com a informatização do banco de dados e o início da organização do Centro de Documentação e Informação.

Deu-se ainda continuidade a alguns estudos iniciados no ano anterior — promoção de exportações — desenvolvimento do sistema científico e tecnológico — e procedeu-se à actualização dos custos dos factores de produção. Os resultados apontam para uma degradação das vantagens comparativas do país, em particular a nível das tarifas de telex, portuárias, salários... De referir ainda os trabalhos realizados com vista à realização de um estudo global sobre as possibilidades de desenvolvimento de uma indústria exportadora.

Apesar dos esforços desenvolvidos não se conseguiu arrancar com a 1ª fase do Programa de Apoio ao sector artesanal e informal por atrasos imputáveis ao financiamento.

Outra área de acção é a legislação. Aqui é de se referir a análise do sistema de incentivo, com vista a garantir a coerência entre as políticas e as medidas propostas. Assim e no seguimento dessa análise, procedeu-se à conclusão dos projectos de Lei de Investimento Externo e de Desenvolvimento Industrial que foram aprovados pelo Governo e já submetidos à ANP. O enquadramento legal do sector, um dos principais objectivos para o período do II PND, assim definido, bem como os princípios que norteiam a política de desenvolvimento industrial e os meios e instrumentos para a sua implementação.

Resta agora proceder à regulamentação destes diplomas, processo esse que se encontra em curso e cujo sucesso e oportunidade depende em grande medida da coordenação intersectorial, nos termos da Lei de Desenvolvimento Industrial.

A melhoria do nível de formação de quadros do MIE e das empresas do sector constituiu também uma vertente da acção durante o ano transacto. Do programa para 1989 constaram os Cursos sobre «Gestão de produção», «Marketing Internacional», realizados na Praia e no Mindelo, e também, Desenvolvimento Curricular.

No que se refere ao reforço institucional, concluiu-se o projecto de «Assistência a planificação e desenvolvimento industrial», financiado pelo PNUD Banco Mundial e executado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.

Assistiu-se durante o ano transacto a dinamização das relações de Cooperação, designadamente com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Comunidade Económica Europeia, o Banco Europeu de Investimento, a Associação Industrial Portuguesa e um conjunto de Países em vias de desenvolvimento, no quadro do seguimento da reunião Ministerial de Solidariedade (Argentina, Cuba, Tailândia, Senegal, Turquia, Marrocos...). Várias acções foram assim consolidadas e/ou desencadeadas, no quadro da implementação dos programas e projectos.

1.3.2 Promoção dos investimentos

i) Promoção da iniciativa pública

SALINAS: O projecto foi já objecto de avaliação final por parte do BAD (entidade financiadora) e deverá ser submetido ao Conselho Administrativo durante o 1º trimestre de 1989.

Prevê-se a constituição da sociedade a partir do 2º semestre de 1990, estando o início dos trabalhos programado para 4º trimestre.

PORTO DO MAIO: Ligado a este projecto, há ainda a considerar o projecto do Porto.

Os projectos técnicos foram já submetidos à apreciação do BAD, aguardando-se os comentários.

FUNDIÇÃO: Este projecto sofreu um grande atraso devido a dificuldades encontradas no processo de negociação do financiamento e na escolha tecnológica.

Tratando-se de uma actividade fundamental para o desenvolvimento do sector metalomecânico ir-se-á proceder à actualização do estudo e à implementação.

MOAGEM DE CLINKER: Deu-se início à actualização e aprofundamento dos estudos de viabilidade.

SABÕES — Concluiu-se a fase de pré-arranque esperando-se iniciar o projecto em 1990;

TRITURAÇÃO DO MILHO: Este projecto é da iniciativa do ex-emigrante M. Vaz Pereira que apresentou a ideia em 1984/85.

Após a realização/actualização dos estudos e a definição dos parceiros o projecto aguarda o acordo sobre a participação das partes e encontra-se na fase de análise e elaboração do projecto de estudos.

ÓLEOS ALIMENTARES

Este projecto foi já objecto de vários estudos, tendo-se concluído pela sua inviabilidade. O último estudo aponta a viabilidade do projecto para uma produção duas vezes o consumo actual de Cabo Verde. As dificuldades em garantir o mercado externo para o excedente apontam para maiores cautelas. Prosseguem diligências para atrair novos parceiros que correspondam a mercados potenciais para o referido excedente.

SODIGÁZ: Esta sociedade conta com a participação da ENACOL (30%) Shell (25%) Secretariado Administrativo de S. Vicente (10%) e privados (35%) e visa a produção de oxigénio e acetileno. Os equipamentos foram já montados tendo-se iniciado os testes de produção de oxigénio.

MOSAICOS E LADRILHOS: A unidade que está integrada na MAC entrou em funcionamento em Dezembro de 1989.

ÁGUAS MINERAIS: O estudo foi reformulado apontando para um investimento na ordem dos 90 mil contos. A versão encontra-se em análise na DGI.

LOTEAMENTOS industriais: (Infraestruturação de zonas)

Este projecto envolve varias actividades e departamentos (terrenos, vias de acesso, telefones, telex, energia e água...)

O Ministério tem dinamizado o processo através do estabelecimento de contactos com instituições com as quais têm relações de cooperação (ex. A.I.P.) com vista à realização dos estudos técnicos necessários.

Ainda neste quadro importa referir a negociação com Luxemburgo de dois pavilhões metálicos, já decididos, a METALCAVE e à ALUPLAST.

Seguimento da Reunião Ministerial de Solidariedade (R.M.S.)

CHINA: Formação na área da cerâmica: O projecto desenvolve-se em duas fases:

- Visita às diversas ilhas para análise das condições existentes; e
- Formação em cada centro regional — 30 — 45 dias

CUBA: Melhoramento da qualidade de aguardente

O levantamento da situação e processo de fabrico foi executado em Santiago e Santo Antão. Este projecto é coordenado pelo MDR.

ARGENTINA: Curtumes

Foi definido o esboço do projecto. Aguarda-se o estudo realizado pelo consultor para definição da composição do capital social e constituição da sociedade.

TURQUIA: Pregos/parafusos/águas minerais.

Em preparação os estudos dos projectos — pregos, parafusos e ferragens, águas minerais e carpintaria industrial — para uma tomada de decisão sobre a afectação dos fundos postos à disposição pela Turquia.

MARROCOS: Promoção da pequena industria.

— Foi já elaborado um projecto pela ODI — Office pour le Developpement Industriel — visando o apoio e promoção de pequenos promotores.

O projecto estimado com cerca de 500 000 US\$, tem encontrado dificuldades de financiamento.

TAILÂNDIA: Aquacultura; seguimento pelo INIP

Mostrou interesse em formar pessoal e prestar assistência técnica no domínio da aquacultura. Uma missão de técnicos do INIP teve lugar em 1989.

SENEGAL

Encontra-se em apreciação um projecto de acordo a ser assinado com a SONEPI.

(ii) Iniciativa Privada Nacional — Neste domínio deu-se continuidade às actividades de apoio aos promotores e empresas tanto na fase de identificação dos projectos e elaboração dos dossiers técnicos, como na de execução dos projectos. Estas actividades são desenvolvidas essencialmente pela Unidade de Promoção Industrial. Durante o ano transacto os instrumentos de intervenção do MIE junto dos promotores nacionais foram reforçados com a criação, na Direcção-Geral da Indústria, do Gabinete de Elaboração de Projectos. Este Gabinete beneficia do apoio técnico de uma empresa francesa especializada e financiado pela França. Com a sua implementação pretende-se criar uma capacidade nacional no domínio da Elaboração e Análise de projectos, através da formação «sur le tas» de quadros do Ministério e dos Gabinetes privados existentes.

O interesse dos operadores no sector industrial é cada vez mais notório. Alguns indicadores podem servir para confirmar esta constatação: as ideias de projecto em carteira ultrapassam as cinco dezenas; o número de sociedades criadas passou de 6 em 1988 para 17 em 1989; o investimento privado no sector em 1989 é estimado em 200 milhares de contos.

Importa agora consolidar estes resultados, nomeadamente através da execução dos projectos em carteira, o que deverá passar pela redução gradual e/ou eliminação dos constrangimentos ao desenvolvimento da actividade industrial.

Este processo irá exigir, por um lado, a montagem do sistema de incentivos, previstos no Estatuto e, por outro, o reforço dos serviços de Apoio à Actividade Industrial em particular da Unidade de Promoção Industrial e da coordenação intersectorial.

É neste âmbito que se inscreve o projecto em curso de transformação de UPI num serviço autónomo, dotado de meios necessários à promoção do investimento privado nacional. De referir também a negociação com a cooperação Holandesa com vista à definição de um Programa de Promoção de Pequena Indústria, instrumento previsto na Lei de Desenvolvimento Industrial e que tem como objectivo principal criar os mecanismos necessários para apoiar os empresários nacionais em todas as fases do processo de implementação dos projectos.

(iii) Promoção do investimento estrangeiro

A Lei do Investimento Externo, aprovada pela ANP em Junho, estabeleceu os direitos, obrigações e garantias do investidor externo face ao Estado de Cabo Verde. Mas a sua implementação depende ainda da elaboração/aprovação dos Regulamentos decorrentes de alguns artigos, processo esse que se encontra em curso.

Entretanto vem-se promovendo a divulgação das condições de investimento em Cabo Verde, utilizando as nossas Embaixadas e representações no exterior, ou através da realização de missões específicas (participação nas primeiras jornadas caboverdeanas em Bruxelas, com o desenvolvimento de acções de promoção junto de empresários na Bélgica e Holanda; animação de reuniões de informação com empresários portugueses, aquando da visita presidencial a Portugal; contactos com empresários de Macau, H. Kong, Singapura e Coreia do Sul, aquando da visita do Ministro de Negócios Estrangeiros; participação em encontros com empresários americanos e divulgação do clima de investimentos, por ocasião da visita do Camarada Primeiro Ministro). De referir ainda a visita a Cabo Verde de delegações de empresários designadamente:

Holanda:

Primeira missão holandesa integrando um grupo de empresários de vários sectores de actividades.